



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004003-61.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Gustavo Gatti Marcelino da Silva**
 Requerido: **Samsung do Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido produto fabricado pela ré (máquina de lavar roupas), o qual lhe foi entregue sem acessórios que especificou.

Alegou ainda que tentou de diversas formas resolver essa pendência, sem sucesso, de modo que almeja à rescisão do contrato e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos materiais e morais que experimentou.

A preliminar suscitada em contestação pela ré não merece acolhimento.

Com efeito, o processo à evidência é útil e necessário à finalidade desejada pelo autor e as condutas perpetradas pela ré com o passar do tempo deixam claro seu propósito em retardar a solução das questões postas a debate.

Presente o interesse de agir, rejeito a prejudicial aguida.

No mérito, os documentos de fls. 06/09 demonstram a compra da mercadoria aludida pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Já os de fls. 02/05 e 10/18 atinam a reclamações feitas por ele para que a ré sanasse o problema trazido à colação, consistente na falta de acessórios que inviabilizaram a utilização do produto.

A ré em contestação não refutou especificamente os fatos articulados pelo autor e tampouco impugnou os documentos pelo mesmo amealhados.

Limitou-se a asseverar que não haveria provas dos vícios alegados e que o autor não faria jus ao recebimento de qualquer indenização.

Não lhe assiste razão, porém.

Isso porque tocava à mesma a demonstração de que cumpriu a obrigação a seu cargo entregando o produto ao autor com todos os acessórios pertinentes, seja em decorrência do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque não seria exigível que o autor comprovasse fato negativo.

Todavia, ela não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus, nada produzindo de concreto que atuasse em seu favor.

Conclui-se a partir do quadro delineado que assiste razão ao autor relativamente aos aspectos fáticos descritos a fl. 01, o que em virtude do decurso do tempo impõe a rescisão do contrato firmado entre as partes com a restituição do valor pago pelo produto.

Idêntica solução aplica-se ao pedido de recebimento de indenização para reparação dos danos morais.

A leitura do relato exordial e dos documentos que o instruíram – especialmente das mensagens enviadas para que tudo se resolvesse – permite firmar a certeza de que ao autor foi imposta situação por demais desagradável.

Ele não só ficou impossibilitado de utilizar a mercadoria que comprou como foi obrigado a por diversos meios tentar fazer com que a ré cumprisse obrigação a seu cargo, sempre sem êxito.

Qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar ficaria frustrada diante disso, reconhecendo-se que os problemas foram muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana ou do simples descumprimento contratual.

Ao menos na espécie vertente a ré demonstrou patente desorganização e dispensou ao autor tratamento diametralmente oposto ao que seria de esperar-se.

Ele faz jus nesse contexto ao ressarcimento dos danos morais que teve, mas o valor da indenização será inferior ao postulado, que se afigura excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em quatro mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade de qualquer débito dele decorrente, bem como para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 1.679,00, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2013 (época da compra do produto), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação da ré, ela poderá reaver em trinta dias o produto que se encontra com o autor, mas decorrido esse prazo in albis poderá o autor dar-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**